



**PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO DE ALUNOS REGULARES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD**  
**MESTRADO EM DIREITO - FDF**

**EDITAL N. 52/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 227/2025**

---

**PONTOS PARA A PROVA DE CONHECIMENTOS**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Políticas Públicas de Desenvolvimento e Efetividade do Direito**

1 – A efetividade das políticas públicas no Brasil deve coincidir, em grande medida, com a concretização da essência constitucional de 1988. Mas as reformas constitucionais que ocorreram até hoje foram em sentido contrário, com uma flexibilização de direitos fundamentais e com a redução do papel do Estado na efetivação das políticas públicas. Disserte a respeito, negando ou confirmando a afirmação acima.

2 – A legitimidade do Estado está condicionada à efetividade das políticas públicas. Com base na afirmação anterior, disserte sobre as perspectivas contemporâneas para o papel do Estado no debate político nacional.

3 – A partir da distinção entre políticas públicas de Estado e políticas públicas de governo, disserte sobre as dificuldades contemporâneas para a efetivação e legitimação das políticas públicas.

**LINHA DE PESQUISA 1: Direito, Inovação e Desenvolvimento**

1 – A crise global provocada pela pandemia de COVID-19 expôs as limitações dos modelos tradicionais de atuação estatal e reforçou a necessidade de novos paradigmas de cooperação entre Estado, iniciativa privada e academia. A Teoria da Tríplice Hélice, formulada por Etzkowitz e Leydesdorff, surge como modelo de governança e de política pública voltado à inovação, ao desenvolvimento econômico e à concretização de direitos sociais por meio da integração entre ciência, tecnologia e ação estatal.

Com base no artigo “A Adoção da Teoria da Tríplice Hélice como Política Pública”, explique de que forma a articulação entre Universidade, Estado e Iniciativa Privada pode ser compreendida como instrumento de efetivação do princípio constitucional do desenvolvimento nacional e da função social da economia. Em seguida, analise a compatibilidade da Teoria da Tríplice Hélice com o modelo constitucional brasileiro de 1988, discutindo os limites e possibilidades jurídicas para sua institucionalização como política pública de inovação e transformação social.

2 – A Constituição Federal de 1988 consolidou um modelo de Administração Pública estruturado sobre princípios explícitos e implícitos, que refletem a opção republicana do Estado brasileiro. No artigo “O Princípio Republicano e o Regime Jurídico da Administração: A Conexão Necessária”, os autores sustentam que o princípio republicano é o eixo ontológico e político de todo o regime jurídico administrativo, pois dele derivam os demais princípios constitucionais, como eficiência, impessoalidade, publicidade e primazia do interesse público.

Com base no texto e na Constituição de 1988, explique como o princípio republicano se manifesta como critério de limitação e legitimação do poder administrativo no Estado Democrático de Direito. Em seguida, analise de que modo a conexão sistêmica entre os princípios da Administração garante a efetividade da res publica e impede a apropriação privada da coisa pública.

3 – O artigo afirma que a “eficiência administrativa é a plenitude do princípio republicano”, pois traduz o dever de boa administração, de otimização dos resultados e de responsabilidade do Estado perante a coletividade. Essa compreensão rompe com visões meramente técnicas de gestão pública e insere o princípio da eficiência em uma perspectiva ética e política de serviço público.

Considerando os argumentos do texto, discorra sobre como o ideal republicano redefine o sentido constitucional do princípio da eficiência, vinculando-o à juridicidade e à finalidade pública. Examine também, a relação entre eficiência e responsabilidade administrativa como instrumentos de concretização do controle social e da moralidade republicana.

## **LINHA DE PESQUISA 2: Efetividade do Direito e Políticas Públicas**

1 – A Constituição Federal de 1988 (CF/88) marca a transição do paradigma do Estado Social para o Estado Democrático de Direito no Brasil, caracterizada pela positivação de amplos direitos e garantias fundamentais. Nesse contexto, o artigo "Evolução do papel constitucional do Poder Judiciário no controle das políticas públicas de efetivação dos direitos fundamentais" destaca o fortalecimento e a ampliação do papel do Poder Judiciário.

Discorra sobre a judicialização das políticas públicas e o ativismo judicial como fenômenos decorrentes da CF/88, analisando criticamente a expansão do controle judicial sobre o mérito do ato administrativo (discrecionariedade), os seus riscos para a separação de poderes e a legitimidade democrática, conforme abordado pelo texto.

2 – O constitucionalismo moderno é marcado pela sucessão de paradigmas — Liberal, Social e Democrático de Direito — que impuseram transformações profundas no papel do Estado e de seus Poderes. A CF/88, ao inaugurar o Estado Democrático de Direito, assumiu a árdua tarefa da efetivação dos direitos sociais por meio de normas programáticas e princípios abertos.

Com base no artigo "Evolução do papel constitucional do Poder Judiciário no controle das políticas públicas de efetivação dos direitos fundamentais", explique como a crise do Estado Social e a complexidade das leis contemporâneas (genéricas e abstratas) influenciaram a ampliação das tarefas do Executivo. Em seguida, analise a solução constitucional brasileira para o controle dessas políticas, discutindo a importância da força normativa da Constituição (Hesse) na concretização judicial dos direitos sociais.



3 – A ideia de que a Constituição é a "reserva de justiça" do ordenamento jurídico brasileiro é um dos pilares do constitucionalismo contemporâneo pós-Segunda Guerra, conforme cravado por Canotilho. Com base no artigo "Justiça como elemento do sistema constitucional brasileiro", apresente a justiça sistêmica e a justiça equitativa como dimensões conceituais de justiça. Analise o que o constitucionalismo adiciona à concepção puramente formal (Kelseniana) do direito, focando na leitura moral da Constituição (Dworkin) e na necessidade de a lei ter uma "relação de justiça" com o conceito de justiça histórica e socialmente formulado (Zagrebelsky), explicando como os direitos fundamentais e os ideais democráticos materializam a justiça na ordem brasileira.

Franca, 21 de outubro de 2025.

---

Comissão de Seleção  
PPGD - FDF